



SEGUNDO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

Pregão Presencial, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, tendo como base de cálculo a tabela SEFAZ (Município de Marataízes) conforme valor atualizado, <https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/com-bustivel/index.php>

A Câmara Municipal de Marataízes–ES, com sede na Av. Lacerda de Aguiar, nº 113, Centro - Marataízes-ES, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar **no dia 06 de junho de 2023, às 13:30 horas, PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023**, na sala de reunião da Câmara Municipal de Marataízes, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 82/2022, com amparo na Lei nº. 10.520/02, a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006, nos termos deste edital.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - Modalidade: Pregão Presencial

1 - Processo nº 77/2023

2 - Tipo de Licitação: **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, TENDO COMO BASE DE CÁLCULO A TABELA SEFAZ (MUNICÍPIO DE MARATAÍZES) CONFORME VALOR ATUALIZADO,** <https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

3 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum), óleo lubrificante de motor e filtro de óleo de motor, para o veículo oficial da Câmara Municipal de Marataízes, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

4 - Dotação Orçamentária: **MATERIAL DE CONSUMO, Elementos de**



Despesa – 339030 e OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, elementos de Despesa 339039.

II - SESSÃO PÚBLICA

Pregão Presencial nº 01/2023

Dia: 06/06/2023

Horário: 13:30 hs.

Local: Sala CPL-Pregão, localizada no andar térreo da sede da Câmara Municipal de Marataízes, situado na Av. Francisco Lacerda de Aguiar, 113, Centro, Marataízes-ES;

III - DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no *site* www.cmmarataizes.es.gov.br, devendo acompanhar as publicações referentes à licitação no Diário Oficial do Estado e Município, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.

2 - **Os pedidos de esclarecimentos sobre o procedimento de licitação devem ser enviados ao Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico licitacao@cmmarataizes.es.gov.br ou pelo telefone (28) 3532-3413. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

3 - **A impugnação do edital** deverá ser promovida através de protocolo na Câmara Municipal de Marataízes ou enviada para o endereço eletrônico licitacao@cmmarataizes.es.gov.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

5 - A impugnação do edital deverá ser dirigida ao Pregoeiro, indicando o número do Pregão e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail



do impugnante. No mesmo momento deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.

5 - O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando ao interessado sobre a sua decisão.

6 - No caso de acolhimento da impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

IV- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Esta licitação não é exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado representaria prejuízo ao complexo do objeto a ser contratado, conforme previsto no inciso II e Parágrafo Único do artigo 10, do Decreto Federal nº 8. 538/2015, pois não permitiria que as demais empresas possuidoras de preços melhores participassem do certame, podendo restar à licitação deserta.

a) - Poderão participar desta licitação somente empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos, sendo vedada a participação de empresa: suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Poder Público. Federal, Estadual e Municipal;

b) declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

c) que incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

d) com falência decretada, Concordatária ou em processo de falência, sob Concurso de Credores, em dissolução ou em liquidação;

e) que esteja constituída sob a forma de consórcio;

f) que atue na forma de cooperativa;

g) A empresa contratada não poderá ceder ou subcontratar o objeto deste Edital, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato.



2 - A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

V - CREDENCIAMENTO

1 - O credenciamento será iniciado as 12:30 horas, com antecedência de 1 (uma) hora do horário especificado no item II, para a sessão pública do Pregão.

2 - As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por proprietário, sócio ou dirigente, **desde que seja apresentado o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial**, no caso de empresa individual, a fim de que seja comprovada a aptidão para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. **Na mesma oportunidade deve ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do representante.**

3 - A representação também poderá ser feita por credenciado constituído por procuração pública ou particular, com firma reconhecida, que comprove a outorga de poderes necessários para a formulação de propostas e a prática de todos os demais atos inerentes ao procedimento de licitação. **Na mesma oportunidade deverão ser apresentadas cópias autenticadas dos documentos de identidade do credenciado e do outorgante da procuração**, assim como o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos, ou Registro Comercial, no caso de empresa individual.

1 - O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada empresa licitante.

2 - Na fase de credenciamento as empresas licitantes deverão apresentar o **TERMO DE CREDENCIAMENTO - ANEXO 2 (MODELO)**.

3 - A licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno



Porte (EPP) que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ANEXO 3 (MODELO)**, quando do seu credenciamento, como também apresentar no mesmo momento a **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL**, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio¹.

4 - Caso a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

5 - Na mesma fase de credenciamento as empresas licitantes deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS - ANEXO 4 (MODELO)**.

6 - A apresentação do Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos; Registro Comercial, devidamente autenticado ou os documentos contábeis inseridos nos itens 7 e 8, deverão ser apresentados na fase no CREDENCIAMENTO, isentando a licitante de juntá-los no ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7 - A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8 – A empresa licitante que não apresentar na fase do credenciamento a documentação exigida nos itens anteriores, será descredenciada.

11.1 – Sendo a empresa licitante descredenciada pela falta de documentação ficará impedida de participar da fase de lances, onde será considerado apenas a proposta de preços apresentada



¹ Art. 8º A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial.

12- Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação.

12.1– A autenticação de documentos pela equipe de pregão deverá ser feita com no mínimo, 01 (uma) hora antes da fase do CREDENCIAMENTO.

VI - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no dia e hora previamente estabelecidos para o início da sessão pública do Pregão, em envelopes distintos, lacrados e indevassáveis, sob penade desclassificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

1 - Não serão aceitos os envelopes de Proposta de Preço e Documentos de Habilitação enviados por correio, deixados na CMMES.

VII - PROPOSTA DE PREÇO

1 - A proposta deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras e entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, com duas casas decimais, obrigatoriamente em real, contendo data, assinatura do representante legal e rubrica em todas as folhas;

b) deve informar a razão social, número do CNPJ, endereço completo da empresa licitante, telefone/fac-símile e e-mail;

c) deve conter de forma separada na proposta o preço unitário, total e global;

a) devem estar incluídos nos preços propostos todas as despesas e custos,



como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da licitação;

b) deve informar a validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão pública do Pregão. **Não havendo prazo expresso de validade da proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias.**

1 - Ocorrendo diferença entre os preços unitário e total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.

2 - Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta de preço. Caso a licitante apresente mais de uma proposta, o Pregoeiro considerará aquela mais vantajosa para a Administração Pública.

3 - O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, com exceção da negociação constante no art. 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002.

4 - A simples apresentação da proposta de preço implica na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste edital, obrigando-se a licitante ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.

5 - A proposta de preço deverá descrever o objeto ofertado, conforme as especificações e condições contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

6 - A empresa vencedora do Pregão deverá encaminhar ao Pregoeiro em até 24 (vinte e quatro) horas do encerramento do procedimento uma nova proposta de preço, que reflita o valor vencedor na sessão pública, sendo que a planilha deverá sofrer o mesmo percentual de desconto em relação aos preços unitários e ao preço global adjudicado.



7 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as disposições contidas neste edital;
- b) apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) apresentarem preços incompatíveis com os praticados no mercado;
- d) apresentarem preço superior ao valor de referência da gasolina comum-Item 01, divulgado no dia anterior a realização do certame, através da **tabela SEFAZ (Município de Marataízes)**

<https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

ITEM	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	QUANT. MÁXIMA ESTIMADA	**VALOR VALOR UNITÁRIO	PERCEN TUAL DE DESCON TO (%)	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Gasolina comum C , incolor a amarelada, aspecto físico límpido e isento de impurezas	4.400 Litros	* R\$ 6.17 TABELA SEFAZ-ES	%	R\$ 27.148,00
02	Óleo lubrificante de motor automotivo tipo 5W/30 para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	30 Litros	** R\$ 52,00	%	R\$ 1.560,00
03	Filtro de óleo lubrificante de motor para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	06 Unidades	*** R\$ 40,33	%	R\$ 241,98
VALOR ESTIMADO GLOBAL					R\$ 28.949,98



a) **A proposta comercial deverá ser apresentada na forma de PERCENTUAL DE DESCONTO para todos os itens**, em relação ao preço da gasolina comum-Item 01, o preço de referência será o valor do dia anterior a realização do certame divulgado na **tabela SEFAZ (Município de Marataízes)** <https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

8 - As empresas licitantes deverão apresentar o documento que consta no **ANEXO 7**, declarando que arcarão gratuitamente com o combustível necessário para abastecer os veículos quando o trajeto entre o posto e a sede da Câmara for superior a 10 km, distância esta que será multiplicada por dois (ida e volta), considerando para tanto que os veículos da Câmara Municipal tenham um consumo de 10 km/litro.

9.1– A distância de 10 km foi definida , com o intuito de aumentar a abrangência de postos da região de ampliar a competição.

VIII - PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

1 - Após a abertura da sessão pública pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos licitantes.

2- No julgamento das propostas serão adotados os seguintes critérios:

a) **Maior taxa de desconto em percentual**, em relação ao preço de referência, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

2.1- O critério de julgamento das propostas será o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** para todos os itens, tendo como base de cálculo para o item 01 a tabela SEFAZ (Município de Marataízes) conforme valor atualizado no dia anterior à realização do certame. Link para pesquisa:

<https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

2.2 - Será desclassificada a proposta que apresentar valor superior ao valor apurado a que se refere o item 2.1.

3 - O procedimento do julgamento compreenderá a abertura dos respectivos



envelopes, a leitura das propostas de preço, a verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos, identificando as propostas aptas à classificação pelos critérios estabelecidos nos itens 2.1 e 2.2.

3 - O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de maior percentual de desconto e daquelas que tenham valores sucessivos e inferiores em até 10 %(dez por cento) relativamente à de maior percentual de desconto, para participarem dos lances verbais.

4 - Não havendo pelo menos três propostas de preços na condição definida acima, os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), poderão participar da etapa de oferta de lances.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente as empresas licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta de menor desconto, e os demais, em ordem crescente de percentual de desconto.

6 - Durante a sessão pública o Pregoeiro poderá estabelecer regras e prazos razoáveis para o bom andamento do procedimento licitatório.

7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da empresa licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último percentual de desconto por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8 - Não poderá haver desistência ou retratação dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital.

9 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de maior percentual de desconto.



10 - O pregoeiro poderá negociar com a empresa licitante vencedora, buscando uma proposta mais vantajosa para o Poder Legislativo Municipal (CMM).

11 - Nas mesmas situações expostas no item acima, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, para melhor avaliação das regras editalícias e aspectos pertinentes ao preço cotado, podendo também optar pela repetição do procedimento.

12 - Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e houver proposta de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta classificada, estará configurado o empate ficto/virtual. Neste caso, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de maior percentual de desconto a do licitante melhor classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser considerada vencedora do certame;

b) não sendo considerada vencedora do certame a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, na forma anterior, em havendo outras empresas licitantes de mesma natureza que tenham ofertado propostas que se enquadram no limite do empate ficto/virtual, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) a empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, concedidos pelo Pregoeiro, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;



d) na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o procedimento licitatório prossegue com as demais empresas licitantes.

IX- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Para promover a habilitação no procedimento, a empresa licitante deverá apresentar os documentos abaixo relacionados.

1 - Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original **ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plenana data fixada para sua apresentação.**

2 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, com antecedência mínima de 01 (uma) horas antes da etapa do CREDENCIAMENTO.

3 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações ou última alteração Consolidada, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

a) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país.



4 - REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- a) prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- f) licença de operação emitida pelo órgão ambiental competente ou declaração de dispensa de licenciamento ambiental.
- g) autorização da ANP comprovando o direito da comercialização dos produtos.

4.1 – O documento de análise do combustível comercializado pela empresa, emitida por órgão credenciado pela Agência Nacional do Petróleo, dentro do seu respectivo prazo de validade, bem como, laudo atestando a composição química do combustível e garantindo que o mesmo atende à legislação e às normatizações vigentes.

4.2 - A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas pode ser obtida no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.



4.3 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se a licitante for matriz, e a executora do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- e) Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

5.4- O Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão a validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

5.5- Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresalicitante, fornecido(s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível em características e quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1.

5.2 - O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa



contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

5.3 – A Câmara Municipal de Marataízes poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

6.1.1 - No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Micro empreendedor Individual a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro.

6.2 – A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação do Balanço Patrimonial, com os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral – ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

a) As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral;

AC – Ativo Circulante;



RLP – Realizável a Longo Prazo;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante;

i) Índice de Solvência Geral:

ISG = AT

PC + PNC

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total; PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante;

ii) Índice de Liquidez Corrente:

ILC = AC

PC

Onde: ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante;

6.3 - Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos ACIMA, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93;

a) A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais;

6.4 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

6.5 - A comprovação dos índices referidos no item 9.8.2, bem como do patrimônio líquido aludido no item 9.8.3, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 9.8.1, constituindo obrigação exclusiva do licitante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.



7.6- Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

7.6.1- No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, acertidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

7 – DECLARAÇÕES FIRMADAS NOS ANEXOS

7.1 – A não apresentação dos anexos de nº 2 a 7 contidos neste Edital, importará em imediata inabilitação do licitante.

8 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL

8.1 - Apresentação de DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL conforme o ANEXO 6 (MODELO).

X - RECURSOS

1 - Declarada a licitante vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para em 03 (três) dias apresentarem contrarrazões, que começarão a correr do término do prazo concedido a recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A falta de manifestação imediata e motivada da empresa licitante importará na decadência do direito de recurso.

1 - Os recursos e as contrarrazões deverão ser impressos, contendo a razão social, o CNPJ, o endereço, o telefone e o e-mail da empresa licitante, estar rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado.

2 - Os recursos e as contrarrazões devem ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados na Câmara Municipal de Marataízes.



3 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa licitante.

4 – As intenções recursais relativas a recursos não admitidos e recursos rejeitados pelo Pregoeiro, deverão ser dirigidos ao Diretor Administrativo da CMM, através de protocolo na Secretaria, nos mesmos moldes do item 3.

5 - O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do Pregão com o registro das empresas licitantes credenciadas, das propostas de preço escritas e verbais, conforme a ordem de classificação, da análise dos documentos de habilitação, dos recursos interpostos, além de outros fatos pertinentes. - A adjudicação do objeto do Pregão é atribuição do Pregoeiro, excetoquando houver manifestação de recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade superior da Câmara Municipal.

2 - A homologação do Pregão cabe a autoridade superior da Câmara Municipal.

XII - ORIENTAÇÕES SOBRE O CONTRATO ADMINISTRATIVO

1 - Após a homologação do Pregão, a empresa licitante vencedora será convocada para assinar o contrato administrativo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, se outro não houver sido fixado pelo Pregoeiro.

1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses a partir da data da publicação do extrato do contrato.



XIII - ORIENTAÇÕES SOBRE O FORNECIMENTO DO PRODUTO

1 - As informações relativas ao fornecimento do produto estão descritas no item 6 do TERMO DE REFERÊNCIA -ANEXO I

XIV - RECEBIMENTO E PAGAMENTO

1 - Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento à Câmara Municipal de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, bem como os documentos de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva apresentação.

2 - Após o 10º (décimo) dia, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times ND \qquad 360$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3 - A **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na **etapa de CREDENCIAMENTO** e acolhidos nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

4 - Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicada a CMM- Câmara Municipal de Marataízes, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

5 - Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de



apresentação do novo documento, devidamente corrigido.

6 – A Câmara Municipal de Marataízes poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

7 - O pagamento referente ao valor da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** será feito através de cheque nominal ao responsável pela empresa, ou através de depósito em conta corrente ou poupança, nos bancos que possuam agências no município de Marataízes.

8 - Para a efetivação do pagamento a licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, conforme o disposto:

a) multa de 1% (um por cento) por dia, limitado a 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor da proposta apresentada, nos casos de descumprimento do prazo estipulado no edital para a assinatura do contrato administrativo; atraso quanto ao prazo de entrega dos produtos/prestação de serviços ou pela recusa em fornecer os objetos desta licitação, calculada pela fórmula **$M = 0,01 \times C \times D$** . Tendo como correspondente: **M = valor da multa, C**

= valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

a) impedimento do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Marataízes por um período de até 2 (dois) anos, no caso de apresentação de declaração ou documento falso;

b) a aplicação da penalidade de multa não afasta a aplicação da penalidade de impedimento de licitar ou contratar;



c) caso a empresa vencedora se recuse a assinar o contrato administrativo, a fornecer e prestar os objetos desta licitação, a atender ao disposto no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, aplicar-se-á o previsto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº10.520/2002, devendo as licitantes remanescentes ser convocadas na ordem de classificação de suas propostas na etapa de lances.

1 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Câmara Municipal após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

3 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993.

XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada às empresas licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de credenciamento, classificação e habilitação.

2 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares.

3 - É facultado ao Pregoeiro solicitar a contribuição de servidores da Câmara Municipal para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.

1 - Cabe ao Pregoeiro solucionar os casos omissos do edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público, podendo, se



for o caso, ouvir servidores especializados nas diversas áreas, conforme previsto no item anterior.

2 - A empresa licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

3 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 – TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (MODELO)

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO)

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS (MODELO)

ANEXO 6 – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MODELO)

ANEXO 7 – DECLARAÇÃO DE DISTÂNCIA DO POSTO A CMM- CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES

(MODELO) ANEXO 8 – MODELO DA

PROPOSTA ANEXO 9 – MINUTA

CONTRATUAL

Maratáizes, 22 de maio de 2023.

THIAGO PEREIRA SARMENTO
PREGOEIRO



ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

Este termo de referência estabelece as características técnicas básicas e condições para a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum), óleo lubrificante de motor, filtro de óleo de motor, para o veículo oficial da Câmara Municipal de Marataízes, Estado do Espírito Santo, no prazo de 12 meses.

2 OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum), óleo lubrificante de motor e filtro de óleo de motor, ao veículo oficial da Câmara Municipal de Marataízes.

3 JUSTIFICATIVA

- a) É de fundamental importância o objeto da presente licitação, para o abastecimento do veículo pertencente à Câmara Municipal de Marataízes, possibilitando a continuidade do trabalho dos servidores que necessitam do veículo para diversas finalidades, sendo assim, essa aquisição se torna essencial para garantir a continuidade dos serviços prestados à população com qualidade e eficiência.
- b) A quantidade máxima estimada para o Item 01, de 4.400 litros de gasolina comum, foi alcançada, levando-se em conta, a média dos últimos quatro contratos de aquisição de combustível, para o veículo da Câmara Municipal de Marataízes.
- c) A quantidade máxima estimada para o Item 02, de 30 litros de Óleo lubrificante de motor, foi alcançada, levando-se em conta, o último contrato de aquisição de óleo de motor, para o veículo da Câmara Municipal de Marataízes.
- d) A quantidade máxima estimada para o Item 03, de 06 unidades de Filtro de óleo lubrificante de motor, foi alcançada, levando-se em conta o último contrato de aquisição de Filtro de óleo lubrificante de motor, para o veículo da Câmara Municipal de Marataízes.

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA está embasada na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 10.520/02.

5 DA ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE E PREÇO ESTIMADO

Combustível, óleo lubrificante de motor e filtro de óleo para motor, com entrega parcelada mediante solicitação.



ITEM	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	QUANT. MÁXIMA ESTIMAD A	**VALOR VALOR UNITÁRIO	PERCENTU AL DE DESCONTO (%)	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Gasolina comum C, incolor a amarelada, aspecto físico límpido e isento de impurezas	4.400 Litros	* R\$ 6.17 TABELA SEFAZ-ES	%	R\$ 27.148,00
02	Óleo lubrificante de motor automotivo tipo 5W/30 para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	30 Litros	** R\$ 52,00	%	R\$ 1.560,00
03	Filtro de óleo lubrificante de motor para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	06 Unidades	*** R\$ 40,33	%	R\$ 241,98
VALOR ESTIMADO GLOBAL					R\$ 28.949,98

* Valor referente ao índice atualizado do dia 02/03/2023, na base territorial do Município de Marataízes, contido no MONITOR DE PREÇOS da Secretária da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ).

** O valor estimado para o item 01 foi baseado no valor de referência da tabela SEFAZ, tendo em vista a atualização constante do preço da gasolina comum.

*** O valor estimado para os itens 01 e 02 foi baseado na média dos orçamentos apresentados.

O valor estimado Global para essa contratação é de R\$ 28.949,98 (vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

A Câmara Municipal de Marataízes possui 01 (um) veículo, conforme abaixo relacionado, e que há a possibilidade de aquisição de mais um veículo para compor a frota no próximo exercício.



Item	Placa	Marca/Modelo	Ano/Fab.
01	PPE014 3	Fiat/Siena Essence 1.6	2016

O combustível e os óleos lubrificantes devem respeitar os padrões de qualidade da ANP, e os quantitativos descritos nas especificações.

6 DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS/ PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

- a) O abastecimento será realizado em local com distância de até 10 (dez) quilômetros da Sede da Câmara Municipal de Marataízes, sendo 20 (vinte) km ida e volta;
- b) Caso o trajeto entre o local do abastecimento e a Sede da CMM seja superior ao estabelecido acima, a CONTRATADA arcará com as despesas que exceder a distância estabelecida (ida e volta), considerando para tanto que o veículo tenha a relação média de consumo de 10 km/litro. Este limite máximo justifica-se pela razoabilidade e economia que trará aos cofres públicos, pois o custo/benefício deve ser vantajoso, não trazendo prejuízos a Administração Pública.
- c) Insta informar que, se essa distância não for respeitada, haverá grandes gastos de combustível, devido o deslocamento de ida e volta, prejudicando, assim, os serviços públicos prestados.
- d) O combustível e óleo Lubrificante serão recusados caso não estejam no padrão das normas da ANP.
- e) O combustível e óleo lubrificante recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pela CONTRATANTE, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.
- f) A CONTRATANTE encaminhará seu veículo até o posto de abastecimento, dentro do horário de seu funcionamento, o qual não poderá ser inferior ao intervalo de horário das 07 (sete) às 21 (vinte e uma) horas;
- g) Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.
- h) Em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Quando o veículo for abastecido, será destacada a via original do bloco, onde constará a placa do mesmo, data, quantidade abastecida, assinatura do condutor, que ficará com o controle da segunda via. A via original ficará no posto para ser apresentada no momento



do pagamento, juntamente com a Nota Fiscal pertinente.

7 DO PAGAMENTO

- a)- A Câmara Municipal de Marataízes efetuará o pagamento do combustível, óleo lubrificante de motor e filtro de óleo de motor através de depósito bancário em Conta corrente/poupança apresentada pela Contratada no Prazo máximo de até 10 (dez) dias após a apresentação da NFE.
- b) – A Contratada deverá apresentar NFE juntamente com relatório gerencial das despesas referente ao respectivo mês, com cópias dos documentos comprovantes de regularidade Fiscal com a seguridade social e (INSS, FGTS) e para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Certidão quanto à Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Certidão de Débitos Trabalhistas.
- c) - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- d)- Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor competente, sendo-lhe facultado a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- e)- Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do serviço ofertado.
- f) A CMM poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

- a)- Quaisquer esclarecimentos sobre os produtos a serem fornecidos poderão ser prestados pelo Setor Competente da Câmara Municipal de Marataízes.
- b)- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.
- c)- Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades na prestação dos serviços especificados no prazo, entre outros.
- d)- Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o Termo de Referência e do Contrato, buscando elucidar junto à fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes executivos,



materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

9 DO PREÇO E DA FORMA DE REAJUSTE

a) O valor apresentado na Proposta Comercial será na forma de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, tendo como base de cálculo a tabela SEFAZ (Município de Marataízes) conforme valor atualizado no dia anterior à realização do certame. Link para pesquisa:

<https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

b) No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

c) O valor do item 01 (Gasolina Comum), objeto desta contratação, não será passível de reequilíbrio da equação econômico-financeira, tendo em vista que o valor de referência a ser utilizado como parâmetro, será o MONITOR DE PREÇOS da Secretária da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ).

d) O valor dos itens 02 e 03 (óleos lubrificantes de motor e filtros de óleo de motor), objeto desta, poderão ser reajustados, amparado no Art. 65, Inciso II, alínea d da Lei Federal nº 8.666/93, desde de que, solicitado pela parte interessada através de requerimento, acompanhado de documento oficial comprovando o percentual do aumento.

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste objeto correrão à conta de MATERIAL DE CONSUMO, Elementos de Despesa – 339030 e OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, elementos de Despesa 339039.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a)-Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

b)-Pagar a importância correspondente à aquisição, no prazo contratado;

c)-Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

d) - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

e)-Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência e no Contrato, quando cabível;

f)-Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos se os mesmos estiverem em desacordo com as obrigações derivadas da presente aquisição, assumidas pela CONTRATADA;

g)-Cumprir todas as normas e condições previstas na legislação correlata e no Termo de Referência;



h)-Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições, cientificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer anormalidades verificadas nos produtos, para fim de adoção das providências cabíveis;

i)-Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

j)-Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à execução do objeto desta contratação;

12 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

a) Caso a CONTRATADA disponibilize local de abastecimento a uma distância superior a 10 quilômetros da Sede da CMM (20 km ida e volta), deverá arcar com o combustível gasto que exceder a distância estabelecida no deslocamento (ida e volta), considerando para tanto que o veículo tenha a relação média de consumo de 10 km/litro;

b) Caso o deslocamento (ida e volta) para o abastecimento envolva gastos com pedágio, a CONTRATADA deverá arcar com estes custos;

c) A CONTRATADA deverá fornecer combustíveis de acordo com o padrão das normas da ANP, sendo que os combustíveis recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento pela CONTRATADA da formalização da recusa pelo fiscal do contrato, arcando a CONTRATADA com os custos dessa operação, inclusive os de reparação;

d) Para o abastecimento do veículo da Câmara Municipal de Marataízes, a CONTRATADA após o abastecimento deverá fornecer um comprovante, constando, placa do veículo, KM, nome do condutor, quantitativo em litros abastecidos, valor, hora e data;

e) Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

f) Em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

g) A CONTRATADA deve manter preposto para representá-lo junto à Câmara Municipal de Marataízes sempre que for necessário;

h) Cabe à CONTRATADA a averiguação do hodômetro, anotando nas notas de abastecimentos a serem entregues.

i) A CONTRATADA deverá apresentar Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente ou declaração de dispensa de licenciamento ambiental e a Autorização de ANP comprovando o direito da comercialização dos produtos.



13 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) - Será designado por intermédio de Portaria, um servidor deste Poder Legislativo para gerir e fiscalizar o contrato.
- b) - O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas e defeitos observados, comunicando à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada.
- c) - As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do fiscal de contrato, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas necessárias.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

- a) A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento de combustível, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
 - b) Advertência, nos casos de pequeno descumprimento do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para a CMM;
 - c) Multa de 1% (um por cento) por dia, incidente sobre o valor mensal devido pela CMM, nos casos de atraso da entrega do produto ou pela recusa em fornecê-lo;
 - d) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a CMM por um período de até 2 (dois) anos, nos casos de recusa quanto a assinatura do contrato administrativo e fornecimento de combustível;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;
 - f) Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;
 - g) As sanções administrativas somente serão aplicadas pela CMM após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
 - h) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

15 MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

- a) A Câmara Municipal de Marataízes, procederá a consulta de mercado, para verificação dos preços e estimativa de custos, no mercado local e adjacências.



16 DA SUBCONTRATAÇÃO

- a) Fica expressamente vedada a subcontratação de outra empresa para esse fim.

17 DA VIGÊNCIA

- a) - O prazo de vigência da contratação e para fornecimento dos produtos, terá duração de 12 meses.
b) - A empresa CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços até o 1º (primeiro) dia útil após o início de sua vigência.

18 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- a) O critério de julgamento será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, tendo como base de cálculo a tabela SEFAZ (Município de Marataízes) conforme valor atualizado.

19 DA PROPOSTA DE PREÇOS

- a)- Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência, proponha o maior percentual de desconto.

- b)- A Validade da proposta de preços com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.

- c)- Todas as despesas de frete/embalagem, impostos, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma poderão ser cobrados em separado quando da emissão da nota fiscal/fatura.

20 SETOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Thiago Pereira Sarmiento - Pregoeiro

Marataízes-ES, 22 de maio de 2023.

Thiago Pereira Sarmiento
Pregoeiro



ANEXO 2

TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2023

Através deste termo de credenciamento a empresa _____ constitui como representante o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade n° _____ e inscrito(a) no CPF sob o n° _____, para participar da licitação acima referenciada, outorgando plenos poderes para pronunciar em seu nome, formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Marataízes, ____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa ²

Empresa: _____ CNPJ n° _____

² Obs.: No momento do credenciamento deverá ser apresentado o estatuto, o contrato social ou documento equivalente comprovando que o outorgante tem poderes para conceder a representação da empresa.



ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2023

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade n° _____, inscrito(a) no CPF sob o n° _____, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar n° 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso afirmativo assinalar a ressalva abaixo)

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n° 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei n° 8.666/1993.

Marataízes, ____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____ CNPJ n° _____



ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS (MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital de licitação acima referenciado, conforme o teor do art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Marataízes, ____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____ CNPJ nº _____



ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS (MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2023

_____ (empresa) CNPJ sob o nº
_____, situada _____

_____, declara, sob as
penas da Lei, que inexistente fato impeditivo a sua habilitação no presente certame,
ciente da obrigatoriedade de declarar fatos supervenientes.

Marataízes, ____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____ CNPJ nº _____



ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MODELO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

Declaro para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade.

Marataízes , ____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____ CNPJ nº _____



ANEXO 7

DECLARAÇÃO DE DISTÂNCIA DO POSTO A CMM (MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2023

Declaro para os devidos fins, que a empresa _____
_____ arcará gratuitamente com
o combustível necessário para abastecer os veículos a Câmara Municipal de
Marataízes, preferencialmente em local com distância efetiva máxima de
10 (dez) quilômetros, ou, caso o trajeto entre o local do abastecimento e a sede
da CMM seja superior ao estabelecido acima, a Contratada arcará com as
despesas de deslocamento do veículo, nos termos do Termo de Referência
(Anexo 1 deste Edital).

Marataízes, _____ de _____ de 2023.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____ CNPJ nº _____



ANEXO 8
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

Processo Administrativo nº 77/2023

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

FAX:

Validade da Proposta:

Conta Corrente nº:

Banco:

Nº da

agência: Nome do responsável para assinatura do

Contrato:

ITEM	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	QUANT. MÁXIMA ESTIMADA	**VALOR VALOR UNITÁRIO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%)	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	Gasolina comum C , incolor a amarelada, aspecto físico límpido e isento de impurezas	4.400 Litros		%	
02	Óleo lubrificante de motor automotivo tipo 5W/30 para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	30 Litros		%	
03	Filtro de óleo lubrificante de motor para o Fiat grand Siena essence 1.6 2016	06 Unidades		%	
VALOR ESTIMADO GLOBAL					

* Valor referente ao índice atualizado do dia anterior ao Certame, na base territorial do Município de Marataízes, contido no MONITOR DE PREÇOS da Secretária da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ).

Nota: A licitante deverá atender a todas as exigências do Termo de Referência – Anexo 1, sob pena de desclassificação



ANEXO 9
MINUTA DO CONTRATO Nº/2023
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM a CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES E A EMPRESA, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARATAÍZES, pessoa jurídica de direito público, com sede a Av. Francisco Lacerda de Aguiar, 113 – Centro – MARATAÍZES- ES, neste ato representada por seu Presidente Sr. WILLIAN DE SOUZA DUARTE, casado, vereador, inscrito no CPF/MF sob o nº. 027.725.547-32 e RG nº. 1.370.570/ES, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outrolado, a Empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na A Marataízes -ES, neste ato representada pelo Sr., RG nº CPF nº, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar este contrato nos termos do procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 01/2023, Processo Administrativo nº 77/2023, conforme a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que se seguem:



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARATAÍZES

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113

Centro – Marataízes/ES

CEP. 29345-000

Fone: +55 28 3532-3413

e-mail: ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



1.1- Este contrato tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de combustível, por demanda, (gasolina comum), óleo de motor e filtro de motor para o veículo da Câmara Municipal de Marataízes, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Fazem parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo nº 77/2023, completando-o para todos os fins dedireito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da execução deste objeto correrão à conta de MATERIAL DE CONSUMO, Elementos de Despesa – 339030 e OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, elementos de Despesa 339039

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE REAJUSTE

4.1 – O valor global deste contrato corresponde a R\$ _____, (___) conforme a proposta vencedora do Pregão nº 01/2023;

- O valor da nota fiscal sofrerá o desconto de _____%(___) sobre o quantitativo em combustível consumido pela Contratante, que terá como base o valor atualizado do dia de cada abastecimento, tendo como referência a TABELA SEFAZ, para o Município de Marataízes, através da tabela constante no endereço eletrônico

<https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/combustivel/index.php>

4.1.1 - O percentual de desconto ofertado na licitação e incidente sobre o preço do dia da TABELA SEFAZ – Município de Marataízes não sofrerá alteração.



4.2 – O valor do item 01 (Gasolina Comum), objeto desta contratação, não será passível de reequilíbrio da equação econômico-financeira, tendo em vista que o valor de referência a ser utilizado como parâmetro, será o MONITOR DE PREÇOS da Secretária da Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ).

4.3 Admitir-se-á o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato objeto desta licitação, referente aos itens 02 e 03 sob os ditames legais contidos no § 1º do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93, obedecendo-se às prescrições contidas na referida Lei.

4.4 - No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, dentre eles, direitos trabalhistas, encargos sociais, seguros, transporte, impostos, taxas, necessárias à perfeita conclusão do objeto licitado que porventura venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento do material.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

5.1 - Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da Contratante:

a) A contratada disponibilizará local de abastecimento a uma distância em até 10 (dez) quilômetros da sede da Câmara Municipal, sendovedada, qualquer despesa para Contratante. Caso a contratada disponibilize local de abastecimento a uma distância maior do que 10 Km (sete quilômetro), esta arcará gratuitamente com o combustível necessário para percorrer a distância multiplicada por dois (ida e volta) superior a 10 Km entre o local de abastecimento e a sede da Contratada, considerando para tanto que o veículo tenha a relação de consumo de 10 km/litro;

b) A CONTRATANTE encaminhará seu veículo oficial até o posto de abastecimento, dentro do horário de funcionamento deste.

d) Os combustíveis serão recusados caso não estejam no padrão das



normas da ANP;

5.2 - Para o abastecimento do veículo da Câmara Municipal de Marataízes, a contratada após o abastecimento deverá fornecer uma via do comprovante da operação de abastecimento, constando, placa do veículo, quilometragem, nome do condutor, quantitativo em litros abastecidos, valor, hora e data;

5.3 - Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

5.4 - Em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pelo CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato,

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante ordem bancária creditada em conta corrente/poupança, em bancos que possuam agência no município de Marataízes, em até 10 (dez) dias após apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NFE) que deverá ser encaminhada em nome da Câmara Municipal de Marataízes com o produto discriminado, após a atestação competente, anexando os originais do controle do abastecimento;

6.2 - Juntamente com a NFE deverão ser apresentados, com cópias dos documentos comprovantes de regularidade fiscal com a seguridade social (INSS, FGTS), Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Certidão Quanto à Dívida Ativa da União), Fazenda Estadual e Certidão de Débitos Trabalhistas;

6.3 - A Câmara Municipal de Marataízes reserva-se o direito de recusar o



pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos estiverem em desacordo com as normas contratuais;

6.4 - A Câmara Municipal de Marataízes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

6.5.1 - A nota fiscal será paga em até 10 (dez) dias posteriores ao seu processamento. Após a referida data será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$E.M = I \times ND \times VF$$

Onde:

E.M = Encargos Moratórios;

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso;

ND = Número de dias em atraso;

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438 assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} I = \frac{(6/100)}{365} I = 0,00016438$$

6.6 - Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

6.7 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de credenciamento e acolhidos nos documentos de habilitação;



6.8 - No texto da Nota Fiscal Eletrônica deverá constar, obrigatoriamente, o nº do Contrato, objeto, os valores unitários e totais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

7.1 – A vigência e execução do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 A empresa deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se as penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como pelo art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

8.2 Para os efeitos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, fica estabelecida a multa cominatória de 2% (dois por cento) sob o valor global da proposta apresentada, a ser aplicada em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais celebradas;

8.3 Pelo não fornecimento do objeto licitado após assinatura do contrato, multa de 10% (dez por cento) cuja referência será o valor global do contrato, onde nessa hipótese, poderá ainda a CONTRATANTE revogar o contrato e convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazer o fornecimento do objeto, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

8.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, o que será



concedido sempre que a CONTRATADA ressarcir ao cofres públicos, através da CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 - A "declaração de inidoneidade" é competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Marataízes, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

8.2 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

8.2.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

8.2.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

8.2.3 - A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade, da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

8.2.4 - O atraso injustificado no início do abastecimento/fornecimento;

8.2.5 - A paralisação do abastecimento/fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

8.2.6 - A sub-contratação total do seu objeto, a associação do contratado com



outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

8.2.7 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.2.8 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

8.2.9 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;X

- A dissolução da sociedade;

XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

XII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos fornecimentos já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



XV - A supressão, por parte da Administração, do abastecimento/fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.2.1. - A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3 - A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XIII do item 10.2;

8.3.2 - Amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

8.3.3 - Judicial, nos termos da legislação.

9.3.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo Presidente da Câmara Municipal

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1- Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato e do Edital, podendo rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos e os serviços executados em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência;

10.1.2 - Exercer a fiscalização do contrato por servidores especialmente designados;



10.1.3 - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;

10.1.4 - Notificar por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no fornecimento dos combustíveis, fixando prazo para sua correção, se assim não fixar o Edital, incluindo seus anexos e Contrato;

10.1.5 - Comunicar à contratada qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota no prazo máximo de 10 (dez) dias.

10.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 - Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pelo Pregão Presencial nº 01/2023;

10.2.2 - A CONTRATADA disponibilizará local de abastecimento a uma distância de até 10 km da Sede da CONTRATANTE, sendo vedada, qualquer despesa, **caso o ponto de abastecimento esteja situado a mais de 10 km da sede da CONTRATANTE;**

10.2.3 - Fornecer combustíveis de acordo com o padrão das normas da Agência Nacional de Petróleo;

10.2.4 - Para o abastecimento dos veículos da CONTRATANTE, caberá a CONTRATADA após o abastecimento fornecer uma via do comprovante da operação, constando, placa do veículo, quilometragem, nome do condutor, quantitativo em litros abastecidos, valor, hora e data;

10.2.5 - Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;



10.2.6 - Em caso de panes, falta dos combustíveis, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá providenciar alternativas de abastecimento nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 1 (uma) hora, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos serviços emitida pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pela contratante, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que deverá atestar a realização do abastecimento/fornecimento, para cumprimento das normas estabelecidas nos Artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

11.2 - A execução dos serviços será acompanhada por servidor designado pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização, gerenciamento do contrato e a certificação da nota fiscal/fatura correspondente aos produtos fornecidos;

11.3 - O relatório gerencial deverá acompanhar as Notas Fiscais/Faturas de cobrança pelos serviços prestados e combustíveis fornecidos para conferência pelo fiscal do contrato com os comprovantes de abastecimento entregues aos condutores;

11.4 - As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, ao prazo de vencimento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;



11.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao Presidente da CONTRATADA, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

11.6 - o Fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou inconsistências observadas nos termos do Termo de Referência no Edital de Pregão e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei e expressamente através de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, que este Contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. - Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993, bem como a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. - O presente Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. - Fica eleito o foro da cidade de MARATAÍZES-ES, para dirimir quaisquer



dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. - E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

MARATAIZES-ES, _____ de
_____ de 2023.

**WILLIAN DE SOUZA DUARTE
PRESIDENTE DA C.M.M.
CONTRATANTE**

**XXXXXX XXXX XXXXXXXX XXXX
XXXXX XXXX XXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:CPF:

Nome:CPF: